

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitectura

ANAIS DO III SEMINÁRIO PROJETAR

porto alegre , 24 a 26 de outubro de 2007

REAPRENDIZAGEM DA ARQUITETURA: A EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA “INTERVENÇÕES EM SÍTIOS HISTÓRICOS”

Geraldo Gomes da Silva

Arquiteto Doutor em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP) Professor UFPE

Gilson Gonçalves

Arquiteto Mestre em Filosofia (UFPE) Professor UFPE

Maria de Jesus de Britto Leite

Arquiteta Doutora em Arquitetura e Urbanismo (FAUUSP) Professor UFPE

Endereço para correspondência:

Rua Engenheiro Bandeira de Melo 171- Poço da Panela – Recife – PE

Fones: 81-34410236 / 34412778 / 32313910

Fax: 81- 34410236

emails:

e-mail: ggomess@uol.com.br

gilrex@netpe.com.br

jubleite@uol.com.br

REAPRENDIZAGEM DA ARQUITETURA: A EXPERIÊNCIA DA DISCIPLINA “INTERVENÇÕES EM SÍTIOS HISTÓRICOS”

Resumo

Pode-se aprender a fazer dialogar formalmente o novo com o antigo dos sítios históricos sem incorrer em pastiche? A disciplina Intervenções em sítios históricos da UFPE há dez anos exercita esse aprendizado e, na realidade desta escola de raízes modernistas, a experiência se mostra difícil, embora rica.

Atualmente, o aprendizado do “projeto” vem sendo motivo de grandes reflexões e percebe-se, já, que o ambiente do “atelier”, por variados motivos, não é satisfatório para que o aprendiz domine os significados que garantem a criação da arquitetura. Mais difícil se torna quando o problema a enfrentar é o do diálogo formal entre o novo e o antigo, pois, se dos métodos de abordagem faz parte o estudo dos tipos arquitetônicos encontrados em cada sítio, pressupõe-se que ele seja básico para a ação projetual.

Ora, se o “atelier” – e, conseqüentemente, o currículo – se apresenta insuficiente para aprender arquitetura, que requer no mínimo, domínios vinculados a sentidos tais como o de distância, profundidade, proporção, e, inclusive, daqueles que envolvem a capacidade de compor hoje pouco exercitada, viabilizar um diálogo entre linguagens formais dos diversos tipos que a arquitetura veio historicamente assumindo e negando, é tarefa ainda mais árdua.

As primeiras academias de arquitetura não exercitaram a pesquisa livre da forma como puderam fazê-lo as primeiras academias de pintura, escultura e de ciência, porque essa liberdade já havia sido tolhida quando elas surgiram. A Bauhaus buscou-a muito mais no aprendizado medieval, até porque seus fundamentos calcavam-se no “fazer aprendendo”. A estrutura livresca atual demonstra que uma conjunção de teorias e práticas e de conhecimento das capacidades sensíveis do aprendiz são imprescindíveis para que este diálogo possa ser aprendido.

Palavras-Chave: Intervenção, Novo versus Antigo, Aprendizado.

RE-LEARNING ARCHITECTURE: THE EXPERIENCE WITH “INTERVENTIONS IN HISTORICAL SITES” DISCIPLINE.

Can it be learned how to dialogue formally the new with the old in the historical sites without incurring in *pastiche*? The discipline *Interventions in historical sites* offered by Architectural Course at the Federal University of Pernambuco, after ten years, exercises that learning and, in the reality of this school of modernist roots, the experience is quite difficult, although rich.

Nowadays, the learning of the "project" is being a motive of great reflections and it is already noticed, that the atmosphere of the "studio", for varied reasons, is not satisfactory for the apprentice to dominate the meanings that guarantee the creation of the architecture. More difficult it is when the problem to face is the formal dialogue between the new and the old, because, if among the methods to use is included the study of the architectural types found at each site, one can presupposed that it is basic for the action of projecting.

Now, if the "studio" - and, consequently, the curriculum - comes insufficient to learn architecture, that requests at least, domains linked to such senses as the one of distance, depth, proportion, and, besides, of those that involve the capacity to compose, today little exercised, to make possible a dialogue among formal languages of the several types that the architecture was assuming historically and denying, it is task still more arduous.

The first architecture academies didn't exercise the research free from the form, as it was made by the first painting academies, sculpture and of science, because that freedom had already been impeded when they appeared. Bauhaus looked for it much more in the medieval learning, especially because their foundations were stepped in "learning by doing". The current bookish structure demonstrates that a conjunction of theories, practices and of knowledge of the apprentice's sensitive capacities are indispensable in order to make this dialogue can be learned.

Key-word: Intervention, New versus Old, Apprenticeship.

Pode-se aprender a fazer dialogar formalmente o novo com o antigo dos sítios históricos sem incorrer em pastiche? A disciplina *Intervenções em sítios Históricos* ministrada no Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE desde 1991 exercita esse aprendizado e, na realidade desta escola de raízes modernistas, a experiência se mostra rica, embora difícil.

As primeiras academias de arquitetura não exercitaram a pesquisa livre da forma como puderam fazê-lo as primeiras academias de pintura, escultura e de ciência. A Bauhaus rompeu com a estrutura das escolas de belas artes (nas quais também se abrigou o ensino da arquitetura) buscando no aprendizado medieval o “fazer aprendendo”. Hoje, o ensino da arquitetura que tende mais para uma estrutura livresca, demonstra que uma conjugação de teorias, práticas e de conhecimento das capacidades sensíveis dos estudantes são imprescindíveis para que este diálogo possa ser aprendido.

A disciplina *ISH*, pois, tem caráter teórico e prático e visa instrumentar os estudantes de arquitetura a projetar edifícios em sítios históricos, isto é, sítios urbanos ou rurais, instituídos e protegidos por lei por seus e valores históricos e artísticos. Neste caso, as restrições para novas edificações e para reformas são estéticas, diferentes, portanto, daquelas referentes aos sítios nos quais não foram identificados e atribuídos os valores acima referidos.

Visa ser teórica e prática no que concerne aos fundamentos que embasam a intervenção em um sítio histórico; no método adotado que exige o conhecimento do lugar; quando se refere às atitudes projetuais, quando exige que a proposta seja fruto da síntese dos conhecimentos adquiridos e do exercício de diálogo formal novo-antigo. Pretende estimular das capacidades sensíveis dos estudantes, ao romper com a estrutura da sala de aula, aprofundar a percepção dos sítios estudados e direcionar o processo de concepção através da relação de diálogo formal entre duas posturas bem diferentes: do clássico e do contemporâneo.

Com as reflexões que ora apresentamos, pretendemos discutir o ensino da Arquitetura apresentando tanto os processos de construção de conhecimento necessário à intervenção em um sítio histórico – **fundamentos** e **métodos** – como uma **crítica** permitida pela experiência.

1. Os Fundamentos da disciplina:

1º O conceito de monumento isolado como coisa instituída

Nem todo edifício constituído no passado é considerado um monumento. Entende-se por monumento algo que se realiza para rememorar algum fato ou personalidade, prestando-lhe, assim, uma homenagem.

As artes plásticas se prestam a este tipo de expressão, mas em geral, não foram realizadas com intenção de homenagear ou rememorar fatos ou indivíduos. As expressões artísticas que, além de seus valores estéticos intrínsecos, contém referências explicitamente históricas, poderiam ser consideradas como monumentos intencionais. Mas, por outro lado, o monumento intencional pode não ter valor artístico.

Um edifício construído num passado longínquo pode não ter sido concebido com intenção plástica e, posteriormente, sendo analisado à luz de conceitos contemporâneos, ser promovido a objeto de arte, o que configuraria uma atribuição de valores *a posteriori*.

A valorização de obras de arte do passado surge no século XV, com o Renascimento e, posteriormente, no século XIX, com o Ecletismo. Enquanto que, no caso do Renascimento, valorizam-se as expressões artísticas consideradas clássicas das civilizações grega e romana, com o Ecletismo todo o passado era valorizado. Nestes dois momentos da História da cultura ocidental, o objeto de valorização foi, sempre, o edifício isolado, admirado por seus valores excepcionais, quer fossem de natureza artística ou histórica.

Na realidade, o entorno, ou a vizinhança mais próxima, onde surgiram esses edifícios valorizados, era a tal ponto desprezado que, obedecendo ao princípio oitocentista de *mise-en-valeur*, não raro era destruído para enfatizar o edifício principal, como ocorreu com o entorno da catedral de Nôtre-Dame, em Paris, e como o entorno do batistério que contém a famosa Torre em Pisa, na Itália.

Não era, portanto, a integração plástica do novo edifício no conjunto urbano que se pretendia e sim a preservação da individualidade do monumento antigo pré-existente no sítio.

2º O conceito de Sítio Histórico

A noção de sítio histórico, diferente de cidade histórica, somente veio a surgir no século XX, com as declarações de Amsterdã e Nairobi. O sítio histórico se caracterizaria por uma razoável unidade plástica que poderia não significar unidade de estilo arquitetônico. E poderia, ou não, conter algum edifício de valor artístico excepcional.

Tanto o edifício isolado como o sítio histórico (conjunto urbano ou rural) foram considerados monumentos por vontade expressa e determinação do poder público, em diferentes níveis (federal, estadual e municipal). O sítio histórico foi instituído por lei, o

que, em outras palavras, significa dizer que foi imposto por lei. Com pequenas variações, todas as cidades antigas brasileiras têm legislações que normatizam a preservação dos seus sítios históricos. Aos cidadãos cabe obedecer, com raras oportunidades de discussão, às normas oficiais de intervenção nesses sítios.

Na legislação brasileira a noção de sítio histórico é relativamente recente. Em Pernambuco esse conceito foi introduzido a partir de 1976 com o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife¹. Dois anos mais tarde a Prefeitura da Cidade do Recife elaborou um plano análogo ao metropolitano acolhendo sugestões nele contidas.

3º Posturas do Arquiteto diante do monumento e do sítio

Porque somente no século XX, o homem sentiu a necessidade de preservar o que convencionou chamar de sítio histórico?

Desde o início do século XIX, com a Revolução Industrial, o próprio conceito de cidade se modifica devido, principalmente, aos novos conhecimentos sobre higiene e saúde aplicadas às recém-poluídas cidades européias.

Os edifícios afastados em relação a todos os limites do lote urbano e as novas técnicas de construção, como o ferro e o concreto armado proporcionando estruturas técnicas antes ousadas, viriam a definir um novo tipo arquitetônico que, pelas suas características formais, diferia essencialmente dos tipos vigentes até então.

Como a nova arquitetura e o novo urbanismo coexistiriam?

Nas primeiras décadas do século XX, os autores da nova arquitetura procediam como iconoclastas conscientes da necessidade de atitudes radicais para impor à academia, os novos cânones artísticos. Os exemplares da nova arquitetura eram poucos, dispersos e estranhos nos espaços urbanos tradicionais.

Em Pernambuco, o caso mais famoso da presença de um edifício modernista num sítio histórico é o da caixa-d'água de Olinda, projeto concebido pela equipe do arquiteto Luiz Nunes e executado em 1936. Esse enorme reservatório elevado foi construído numa das colinas de Olinda, em frente à Sé, que na época, ostentava um estilo neobarroco, que havia sucedido a um outro neogótico. Olinda ainda não era monumento nacional e inexistia a lei federal de proteção do patrimônio histórico

¹ O Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife – PPSH foi o primeiro plano de preservação elaborado por uma empresa pública de planejamento, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM, em 1986.

e artístico. Portanto, foram exclusivamente dos autores do projeto os critérios para definição do partido a ser adotado².

2. A questão do método em ISH

O estudo sistemático e propositivo de intervenções em áreas históricas com vistas à sua preservação surge como disciplina no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPE, no início dos anos 90 do século passado. A academia, preocupada com o despreparo técnico-científico dos arquitetos nesta nova área de trabalho, oferta em sua grade curricular um treinamento para satisfazer às recentes exigências de projetos em áreas de interesse histórico. É no âmbito das demandas sociais, culturais, técnicas e de mercado que a disciplina *Intervenções em Sítios Históricos - ISH* - se organiza e discute o projeto. Nessa breve exposição serão vistos dois aspectos teórico-operativos dessa experiência: a premissa estruturadora da disciplina e os quatro eixos metodológicos que conduzem os trabalhos.

O primeiro aspecto a se considerar é a natureza propositiva da disciplina, vale dizer, *ISH* é orientada para o projeto. Sendo o objeto de intervenção – o sítio histórico – resultado de um longo processo de criação e construção coletiva e consolidado culturalmente, cabe estabelecer uma relação positiva entre a nova arquitetura e a arquitetura já existente: entre a história e o projeto. Entretanto, deve ficar claro que o termo “relação” nos remete à acepção de semelhança analógica, diferentemente da cópia servil (pastiche) como também da aceitação vulgar do contraste como relação. Em poucas palavras, busca-se integrar: *projeto em sítio histórico é a busca da integração*. Essa é a premissa básica da disciplina *ISH*.

O outro aspecto a se comentar diz respeito ao procedimento metodológico adotado e está intimamente ligado à premissa orientadora: a integração ao sítio histórico não é uma atitude final, mas deve percorrer todas as ações que levem ao projeto. A partir dessa compreensão a disciplina *ISH* foi estruturada em quatro eixos que se entrecruzam considerando questões de interesse técnico-cultural visando a integração, quais sejam: o teórico; o conhecimento do sítio, o normativo e o propositivo.

O **eixo teórico** discute a evolução e impacto das doutrinas patrimoniais nos ambientes construídos. Comparam-se conceitos e interpretações de Sitte, Viollet-le-Duc, Ruskin, Riegl bem como os de Le Corbusier, Loos, Scarpa, Gracia e também de autores nacionais como Lemos, Bicca, Silva. É apresentada e discutida a pertinência de intervenções em sítios históricos com exemplos mundiais, nacionais e locais todos eles

² SILVA, Geraldo Gomes. Intervenções em Sítios Históricos. In: Revista Arquitetura e urbanismo. Ano 11. Agosto/Setembro, 1996. p. 81.

avaliados sob o crivo da integração da nova arquitetura inserida em um contexto tradicional. Os professores, ao adotar a integração como noção orientadora do projeto, evitam ter uma posição neutra em relação às doutrinas, aos casos discutidos e ao projeto do aluno. Trata-se de uma determinação entendida como postura pedagógica, visto que projetar é decidir quanto aos aspectos formais, funcionais, técnicos e, talvez, de significado.

O **eixo conhecimento do sítio** tem se mostrado surpreendente. Seu objetivo inicial procurava o registro físico-métrico para a caracterização dos atributos do lugar abrangendo dois momentos, os levantamentos temáticos e os estudos analíticos. No entanto, o lugar, isto é, o sítio histórico não se revela apenas pela sua geometria e formas mais evidentes registradas pela mensuração. Em Pernambuco as áreas históricas urbanas são lugares cheios de vida pelo uso cotidiano; marcados pela tradição, heterogêneos morfologicamente e, não raro, belos. São caracterizadas, como coisas humanas e mutáveis, pelo seu esplendor e miséria. Captar essa profusão de características requer entendê-los como lugares históricos cuja constituição é forma, uso, sentido e memória. Vale dizer, conhecer o sítio histórico é apreender suas múltiplas dimensões sensíveis e não apenas aquelas de pedra e cal. Além disso, os constituintes citados (forma, uso, sentido e memória) não são excludentes nem isolados e sugerem pistas para apreender os atributos de cada lugar histórico: as estruturas físicas (urbanas e arquitetônicas) como sua disposição morfológica abrigam no seu uso cotidiano as relações humanas que dão sentido concreto às coisas, gerando ao longo do tempo a memória comum a todos, os valores coletivos, advindo daí aquilo que chamamos de patrimônio cultural.

É com tal compreensão do lugar histórico que são coletados o que existe e o que existiu (iconografia) e registrados em levantamentos temáticos de forma (urbana, arquitetura civil e religiosa), de usos (habitacional, comercial, serviços, outros), de significado (atividades culturais, artesanais, manifestações, características marcantes do lugar). Todavia, para desespero dos professores, o lugar como um todo composto de estruturas urbanas, arquitetônicas e sociais tem sido dificilmente identificado e valorado pelos estudantes. A arquitetura como suporte físico, estético-compositivo e patrimonial não vem sendo apreendida, como um bem coletivo, pelos levantamentos e diagnósticos realizados. As propostas de projeto pouco absorvem o espírito do lugar. As propostas dos estudantes pouco absorvem o espírito do lugar.

O **eixo normativo** discute a influência dos aspectos legais (o que a lei define como patrimônio cultural e sítio histórico no âmbito federal, estadual e municipal), dos aspectos doutrinários das cartas patrimoniais e os aspectos influentes dos planos e projetos

específicos nos sítios históricos. No que diz respeito às estruturas arquitetônicas tradicionais do Recife (casas térreas e sobrados altos, magros com vários pavimentos, paredes portantes, estrutura do piso e telhado em madeira com declividade acentuada e telhas cerâmicas tipo canal), o interesse e expansão da atividade comercial tem descaracterizado formal, técnica, funcional e compositivamente essas estruturas a ponto de se ver surgir outra paisagem urbana que nada tem a ver com sua imagem original. A legislação vigente por não contemplar com clareza tais necessidades, e também seus abusos, permite interpretações ambíguas ou mesmo soluções pastiches o que vem a influenciar os alunos. Nesse sentido, as descaracterizações físicas (relação cheios e vazios, o alargamento dos vãos, a destruição avassaladora dos elementos decorativos, a mudança de materiais, as extensões e gambiarras) que favelizam a cidade passam a ser admitidas pela opinião pública como obsolescência da cidade tradicional.

O **eixo propositivo** é fundamentalmente projeto especulativo das intervenções em áreas históricas com vistas à sua preservação. A ação de projeto que se busca é a integração, o *construir no construído* segundo as considerações teóricas de DE GRACIA³, sem negar a concretude sensível e histórica do sítio objeto de intervenção. É neste eixo que ocorre a relação acima referida entre a relação História e projeto. Aqui acontecem as confluências do material histórico e a determinação dos *marcos analógicos para a nova construção* segundo RUBIÓ⁴, e a difícil tarefa de *fazer o novo sem negar o antigo preexistente e, mais ainda, compor-se com este, acrescentado-lhe um valor*, segundo SILVA⁵.

Apoiada em De Gracia e Silva a disciplina ISH procura guiar os grupos de projetos a defenderem e perseguirem algumas atitudes projetuais que se relacionam com problemas da cidade brasileira, em especial as cidades do Nordeste. São elas:

- Preservar a cidade antiga do processo de degradação física;
- Identificar o entorno histórico como conjunto de características exemplares às quais a nova arquitetura deve se integrar agregado-lhe valores artísticos, históricos e ambientais;
- Aceitar os centros históricos como a parte mais significativa da cidade reforçando sua condição de lugares para a fruição estético-artística;
- Defender uma “modernidade alternativa” que possa amparar o passado; aqui vai a crítica aos equívocos do Movimento Moderno principalmente ao equívoco denominado

³ DE GRACIA, Francisco. *Construir em lo construído*. Madri: NEREA, 1992.

⁴ RUBIÓ, Ignasi de Sola-Morales. Do contraste à analogia: novos desdobramentos do conceito de intervenção arquitetônica. In: Kate Nesbitt (org.). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: CosacNaify, 2006.

⁵ Idem, SILVA, Geraldo Gomes.

de *angustiante neofilia* advindo do contato com as vanguardas plásticas; a prática do contraste formal entre a nova construção e a arquitetura antiga foi adotada como bandeira do Movimento Moderno; cabe agora recusar tal prática.

No início do projeto são realizadas visitas ao sítio para sensibilização e registros perceptivos. Em seguida são feitas coletas do existente e do que já existiu produzindo os levantamentos temáticos a depender de cada caso. Um momento marcante do levantamento temático é a elaboração de um modelo matriz tridimensional do sítio histórico com indicação de cada imóvel, sua fenestração e inclinação dos telhados, tudo executado em um só material e cor para acentuar as características essenciais morfológicas do lugar. Esse modelo da área do projeto é uma das referências para discussão da integração, pois cada grupo de trabalho realiza modelos diversos de estudo e os assenta no modelo matriz para testá-los quanto à sua integração. No final do semestre cada grupo apresenta o seu modelo definitivo. Durante o processo projetual o material coletado e registrado é amplamente discutido pelos alunos, juntamente com a teoria e as hipóteses projetivas, provocando acirradas polêmicas, não entre eles, mas com os professores.

Nota-se uma aversão velada ao tratamento teórico das questões sobre preservação histórica urbana e arquitetônica. As atitudes projetuais adotadas pedagogicamente em ISH vão de encontro àquela específica tendência dominante do projeto moderno que se centra no objeto arquitetônico e não no entorno ou na cidade. Daí o argumento perverso da “relação de integração por contraste”, tão a gosto de um Recife com edifícios de mais de quarenta pavimentos rompendo uma escala urbana de vários séculos, patrimônio da cidade.

3. A crítica como reflexão da Arquitetura e não apenas do projeto.

As críticas ao ensino da arquitetura vêm observando que o ambiente da sala de aula é insuficiente pra que o estudante domine a criação da arquitetura. Mais difícil se torna quando o problema projetual a enfrentar é o diálogo formal entre o novo e o antigo. O estudo tipológico do sítio histórico é uma proposta de romper com os conceitos modernistas de cidade.

Neste âmbito, a experiência de dezesseis anos da disciplina evidencia dois aspectos que vêm auxiliar as reflexões sobre o curso de arquitetura: 1) em sua determinação de buscar um diálogo formal entre duas posturas distintas, expõe a linha tênue entre o pastiche e a arquitetura de base tipológica; 2) revela a insuficiência das disciplinas ditas “de projeto” no tocante à concepção.

No **primeiro caso**, retoma as críticas feitas à fragilidade do estudo tipológico que foi crucial à revisão das posturas modernistas frente à cidade pré-existente, ao verificar, a partir das dificuldades projetuais dos alunos, que o estudo do tipo arquitetônico não é suficiente para garantir a concepção de boas soluções formais.

Num Curso que, malgrado o tempo e diversidade de interesses ainda pode ser classificada como modernista⁶, a disciplina ISH, comprometida com o valor do lugar, estabelece um conflito como a estrutura de ensino, gerado pelo menos através de três paradoxos:

Um, a exigência da composição formal entre o novo e o pré-existente baseada no estudo tipológico do sítio histórico dificulta este diálogo formal. Se, por um lado os primeiros modernistas, radicais em não aceitarem o pastiche, segundo Rubió, buscavam no contraste uma forma de ao mesmo tempo enaltecer o pré-existente e definir “sua importância dialética na cidade cosmopolita⁷”, por outro, criticá-los taxando-os de anti-historicistas levou a um contra-movimento denominado por Montaner de “maneirismo tipológico⁸” (pastiche).

É difícil construir diálogo formal, tanto quando a escolha é a composição abstrata, como quando a escolha é por “releituras” do figurativo. Por outro lado, justamente porque se trata de atitude projetual que tem caráter de preservação do lugar, há a necessidade de conhecê-lo, para agir nele. E o estudo tipológico é um dos passos para o este conhecimento, mesmo que a crítica ao pós-modernismo aponte nele riscos de banalização formal.

Assim mesmo, se o conhecimento do lugar garante a escolha de usos adequados, de sistemas construtivos que operem o melhor restauro dos bens preservados, não garante o diálogo formal do novo com o antigo. A experiência da disciplina mostra a dificuldade de instaurar este diálogo com aquela condição da qual fala De Gracia de um tipo de mudança que tem regra específica: renovar ou modificar um lugar parte do pressuposto da necessidade de melhorá-lo. E na melhora de um sítio histórico não cabem ações que o agridam⁹.

Dois, entender a forma da cidade ou de parte dela como arquitetura, exige um compromisso com a harmonia, confrontando-se com uma espécie de “estética do caos”

⁶ O foco na maioria das disciplinas de projeto não é a cidade, mas a edificação e o ambiente é observado apenas no que ele pode garantir ao edifício – circulação de ar, luz natural, sombra, descortino de paisagem a usufruir.

⁷ RUBIÓ, 2006. p. 258.

⁸ MONTANER, Josep Maria. A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. p. 125.

⁹ DE GRACIA, 1992. p. 111.

que vem sendo praticada na cidade contemporânea. Aqui não cabe especular sobre “estéticas”, mas exige a harmonia como pressuposto de garantia de ser mantido o valor do lugar a ser conservado.

Montaner afirma que quando se celebrava a “arquitetura como arte do lugar” surgiu nova realidade “que gera uma nova sensibilidade, novas capacidades de percepção e novas teorizações¹⁰”. Ele se refere, entre outros, à “atopia” propagada por Peter Eisenman, à tentativa de compor com o caos, de Rem Koolhaas, à proposta de novas categorias arquitetônicas baseadas na transformação, por Rubió.

Na verdade, a cidade contemporânea, governada pelo Mercado, vive a “não-postura” do caos morfológico e, nas atitudes frente ao contexto histórico não cabe o “tudo pode!” Não cabe lutar contra o caos indo ao seu encontro. Ao contrário, o sítio histórico não deve ser somente o lugar dos acontecimentos efêmeros. Intervir nele significa garantir a permanência de seus valores históricos e artísticos sem perder o “espírito do lugar”.

Se o universo do arquiteto e do estudante fora dos muros da escola é o da cidade caótica, na disciplina pretendemos construir uma consciência que reconhece a cidade com muitas idades, mas que ela pode não ser lugar de caos. E para tanto, o processo projetual parte do sítio histórico como unidade arquitetônica. No entanto, se por um lado o estudo tipológico tem inegável consistência teórica, crítica, fundamentos sólidos de análise, por outro, não descarta o risco do pastiche, entendido como negação do tempo atual, principalmente depois de superado o efêmero historicismo pós-moderno.

Três, as normas que protegem os sítios podem induzir ao pastiche. A experiência da disciplina *ISH* mostra-nos que invariavelmente as normas permitem pouco espaço para o novo, ao ter como base, o conhecimento tipológico do sítio. Muitos dos experimentos projetuais dos alunos da disciplina tendem a se ater mais ao uso do material contemporâneo em formas que, de qualquer modo, repetem o sítio, como garantia de identificação da intervenção nova e ao mesmo tempo de se integrar. Esta prática não distancia o projeto do pastiche.

Já no **segundo caso**, a experiência de *ISH*, situada depois de todas as disciplinas “de projeto¹¹” mostra **reveses**: o ensino da arquitetura não contempla o campo da estética e da arte, nem a decisão projetual como uma capacidade a ser aprendida.

A experiência com a disciplina *ISH* indica que história, teorias e análises, embora de fato subsidiem o projeto, ainda assim não são suficientes para apoiar os processos criativos

¹⁰ MONTANER, Josep Maria. A modernidade superada. Arquitetura, arte e pensamento do século XX. Barcelona: Gustavo Gili, 2001. p. 43.

¹¹ A disciplina Intervenções em Sítios Históricos está localizada no nono período da grade curricular do Curso de Arquitetura e urbanismo da UFPE.

da concepção arquitetônica. Muitas outras investigações metodológicas sobre o processo projetual também esbarram nesta insuficiência. Colquhoun¹² cita vários métodos projetuais¹³, assim como uma declaração de Le Corbusier¹⁴ para concluir que “parece que o arquiteto sempre se depara com a necessidade de tomar decisões e que as configurações encontradas devem ser fruto de uma intenção e não somente o resultado de um processo determinista” (p. 278).

Embora seja terreno de difícil abordagem, a criação, que Colquhoun denomina de “intenção de projeto” não pode deixar de ser enfrentado no âmbito da Escola, desde que ela se propõe a “ensinar a fazer arquitetura”; perpassa vários conhecimentos, onde a dimensão de arte da arquitetura leva muitos pensadores a crer que criá-la, acaba enveredando em momento onde arquiteto e aprendiz de arquiteto decidem por uma solução e não por outra.

Mas a Ciência, que vem investigando o fenômeno da decisão como processo cerebral, vincula-a, juntamente com os sistemas biológicos, à experiência, entendendo-a como uma espécie de *feedback* entre os sentidos e as funções cerebrais inatas¹⁵. Não é à toa, portanto, que cientistas e artistas como Poincaré e Einstein, Leonardo Da Vinci, Picasso e Fayga Ostrower concordem, de maneiras diferentes, que para que o processo de decisão (intuir a solução melhor) aconteça, é necessário passar no mínimo por duas fases: 1) reflexões sobre o conhecimento adquirido; 2) sedimentação das reflexões¹⁶.

Ora, se o “atelier de arquitetura” – e, conseqüentemente, o currículo – é reconhecidamente insuficiente para o aprendizado da arquitetura – porque ela requer domínios vinculados aos sentidos; porque envolve uma capacidade de compor hoje pouco exercitada – pode ser que um dos problemas do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPE resida em explorar a experimentação muito aquém do mínimo necessário à

¹² COLQUHOUN, Alan. Tipologia e metodologia de projeto. In: Kate Nesbitt (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: CosacNaify, 2006.

¹³ De Yona Friedman: “Método de computar posições relativas das funções numa grade tridimensional da cidade” e de Yannis Xenakis: “Processo matemático para determinar a forma da estrutura de cobertura do Pavilhão Philips, no escritório de Le Corbusier”. In: Kate Nesbitt (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995). São Paulo: CosacNaify, 2006. p. 278.

¹⁴ “Os acontecimentos plásticos são livres e inumeráveis”. Idem.

¹⁵ Ver a respeito: BERTHOZ, Alan. *La Decision*. Paris : Odile Jacob, 2003 / EDELMAN, Gerald. *Neurobiologie de la conscience*. Paris : Odile Jacob, 2000 / MILLER, Arthur. *Insights of genius*. New York: Springer-Verlag, 1996. / DAMÁSIO, Antonio. *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, entre outros.

¹⁶ Ver a respeito: WITHE, Michel. *Leonardo o primeiro cientista*. São Paulo: Record, 2002. / OSTROWER, Fayga (1995). *Acasos e criação artística*. Rio de Janeiro: Campus. / MILLER, Arthur. *Insights of genius*. New York: Springer-Verlag, 1996, entre outros.

sedimentação das dos conhecimentos adquiridos – as tais reflexões das quais falam cientistas e artistas.

Mas então, se as dificuldades projetuais, não se encerram na disciplina *ISH*, ela as espelha com muita propriedade justamente porque exige do projeto a junção de conhecimento e experiência, com um grau de dificuldade a mais: o do diálogo formal.

A experiência didática da disciplina *ISH* evidencia que a capacidade de decisão projetual se adquire com a fusão de conhecimento e experimento e que esta realidade ultrapassa questões de fôlego estético tais, como a oposição entre as linguagens abstratas e figurativas. Afinal, soluções boas têm sido conseguidas pelos estudantes, ao longo desses anos, mesmo não sendo suficiente esta fusão experimentada.